U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA

Papel das Mulheres no 25 de Abril: Representações Sociais de Jovens Universitárias

Inês Gonçalves Nascimento

M

2026

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

PAPEL DAS MULHERES NO 25 DE ABRIL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS UNIVERSITÁRIAS

Inês Gonçalves do Nascimento

Outubro, 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Área da Educação e do Desenvolvimento Humano, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Susana Coimbra*** (FPCEUP) e coorientada pela Professora Doutora ***Maria José Magalhães*** (FPECUP), uma vez que o estudo se encontra inserido no projeto "HERSTORY25ABRIL" financiado pela FCT e pela Comissão de Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril.

Avisos Legais

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se o ChatGPT para apoio na tradução e estruturação do texto. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às minhas orientadoras, a Professora Doutora Susana Coimbra e a Professora Doutora Maria José Magalhães. Obrigada pela vossa disponibilidade constante, pela forma como acolheram todas as dúvidas e inquietações. O vosso apoio, incentivo, orientação e confiança foram fundamentais para a realização deste trabalho e para que eu nunca deixasse de acreditar que seria possível chegar até aqui.

A toda a equipa do projeto "HERSTORY25ABRIL", mas um especial obrigada à Lara e à Janaína, que me acompanharam ao longo deste caminho, me ajudaram e me apoiaram, obrigada.

A todas as participantes, obrigada pela vossa disponibilidade, pelo interesse por este tema. Agradeço por terem partilhado comigo as vossas experiências, conhecimentos e pontos de vista. Sem a vossa participação, esta dissertação não teria sido possível.

Aos meus pais, deixo o meu profundo agradecimento, por todo o vosso apoio incondicional, desde sempre. Obrigada por estarem presentes em todos os momentos, por acreditarem em mim e por me lembrarem, tantas vezes, que sou capaz.

Ao Hélder, por seres o meu porto seguro. Obrigada pela compreensão, pela paciência, pela confiança e pelo incentivo ao longo deste percurso académico e pessoal. Obrigada por estares sempre presente, por acreditares em mim mesmo nos momentos em que eu própria duvidei e por nunca me deixares esquecer que não estava sozinha.

Ao meu grupo de amigos, obrigada por estarem sempre presentes nesta aventura académica e por todos os momentos partilhados ao longo destes anos. Que bonito que foi fazer este caminho convosco, entre conquistas, dificuldades, dúvidas e tantas memórias que levo comigo. Um especial obrigada à Ângela e à Vanessa, por nunca me deixarem sozinha e por terem tornado estes anos cheios de cor.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para a concretização desta dissertação, o meu sincero obrigada. Cada gesto de apoio, cada palavra, cada incentivo e cada presença fizeram parte deste caminho.

Resumo

A participação das mulheres na resistência à ditadura e na construção da democracia portuguesas permanece invisibilizada nas narrativas sobre o 25 de Abril. A presente dissertação teve como objetivo compreender o conhecimento das estudantes do ensino superior acerca do papel e da participação das mulheres na revolução, bem como explorar os processos através dos quais esse conhecimento é adquirido e transmitido e como estão ligados às representações de género.

Foi realizado um estudo exploratório de natureza qualitativa, com recurso a quatro grupos de discussão focalizada, nos quais participaram 17 estudantes do ensino superior, do género feminino, com idades compreendidas entre os 18-21 anos. Os dados foram recolhidos através de um guião semiestruturado. A análise dos dados foi realizada através de análise de conteúdo categorial, de abordagem indutiva, com base no modelo de Bardin.

Os resultados organizaram-se em 5 categorias: o 25 de Abril e as mulheres, figuras femininas de referência no contexto do 25 de Abril, papéis e estereótipos de género, desigualdades de género e transmissão e reprodução. Quanto às subcategorias, no 25 de Abril, destaca-se a representação temporal do passado, pós-revolução e a relação entre passado-presente. Já na transmissão e reprodução foram evidenciadas as histórias intergeracionais, a educação, os meios de comunicação social e cultura e o sexismo e discurso de ódio. Os resultados reforçam a necessidade de promover uma maior visibilidade das mulheres na memória histórica do 25 de Abril e de refletir sobre a continuidade das desigualdades de género e da necessidade de revoluções na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Representações de Género; 25 de Abril; Ditadura; Democracia; Feminismo.

Abstract

Women's participation in the resistance to the dictatorship and in the construction of portuguese democracy remains invisible in the narratives about the 25th of April. This dissertation aimed to understand the knowledge of higher education students about the role and participation of women in the revolution, as well as to explore the processes through which this knowledge is acquired and transmitted and how they are linked to gender representations.

An exploratory qualitative study was carried out, using four focused discussion groups, in which 17 female higher education students, aged between 18-21 years, participated. The data were collected through a semi-structured script. The data analysis was carried out through categorical content analysis, with an inductive approach, based on Bardin's model.

The results were organized into 5 categories: the 25th of April and women, female figures of reference in the context of the 25th of April, gender roles and stereotypes, gender inequalities and transmission and reproduction. As for the subcategories, on the 25th of April, the temporal representation of the past, post-revolution and the relationship between past-present stand out. In transmission and reproduction, intergenerational histories, education, media and culture and sexism and hate speech were highlighted. The results reinforce the need to promote greater visibility of women in the historical memory of the 25th of April and to reflect on the continuity of gender inequalities and the need for revolutions in contemporary society.

Keywords: Gender Representations; April 25th; Dictatorship; Democracy; Feminism.

Índice

Lista de Abreviações ..... *viii*

Introdução **1**

Representações Sociais, Estereótipos e Papéis de Género *2*

A Revolução de 25 de Abril de 1974 ..... *4*

Desigualdades de Género e Movimentos Feministas em Portugal *7*

Método **10**

Apresentação e Discussão de Resultados **12**

25 de Abril e as Mulheres *12*

Figuras Femininas de Referência no Contexto do 25 de Abril *15*

Papéis e Estereótipos de Género *15*

Desigualdades de Género *17*

Transmissão e Reprodução *18*

Considerações Finais **21**

Limitações e Implicações para Estudos Futuros **24**

Referências Bibliográficas **26**

Anexos **30**

Anexo A- Guião dos Grupos de Discussão Focalizada 31

Anexo B- Modelo de Consentimento Informado 33

Anexo C- Tabela de Sistema de Categorias e Subcategorias 35

Lista de Abreviações

CIG- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

ECE- Estudante de Ciências da Educação

EES- Estudante de Educação Social

EIGE- Instituto Europeu para a Igualdade de Género

EPSI- Estudante de Psicologia

FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia

GDF- Grupos de Discussão Focalizada

INEE- Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência

MFA- Movimento das Forças Armadas

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OPP- Ordem dos Psicólogos Portugueses

PIDE- Polícia Internacional e de Defesa do Estado

Introdução

As questões de género têm sido um tema muito polarizado na sociedade, sobretudo no debate público e político. Para compreender estas questões é essencial, desde já, estabelecer a diferença entre sexo e género. O sexo refere-se ao padrão dos cromossomas ou à observação da anatomia do órgão genital, sendo geralmente atribuído à nascença (Matlin & Foushée, 2023; Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP], 2020; Schneider & Bos, 2019). O género é uma construção social e refere-se a características psicológicas, comportamentais e sociais associadas à autorrepresentação do indivíduo (American Psychiatric Association [APA], 2023; Matlin & Foushée, 2023; Unger, 1979). O género é, por isso, um constructo multifacetado ou fluído (Beckwith, 2005, citado por Schneider & Bos, 2019) e é expresso e percecionado quando interagimos com outras pessoas (Matlin & Foushée, 2023). Geralmente é associado a um determinado conjunto de características, papéis e normas que são determinadas pela sociedade (OPP, 2020). Embora exista alguma polémica sobre esta dicotomização (Ferreira, 2004), a maioria dos/as autores/as seguem esta linha de pensamento.

hooks (1984/2022) afirmava em 1984 que as mulheres são o grupo mais vitimizado pelo sexismo, sendo este perpetuado pelas instituições e pela sociedade em geral, constituída por indivíduos que dominam, exploram e oprimem as mulheres. Para além disso, esta mesma autora refere que as próprias vítimas são instruídas pela sociedade a serem cúmplices do status quo. Estas palavras continuam a ser atuais e, nalgumas situações, ganham ainda novos contornos e urgência. Segundo Rodrigues (2022) a discriminação, a desigualdade de género e a misoginia ainda existem na sociedade portuguesa da atualidade. Assim, para esta autora, é necessário continuar a lutar pela igualdade. As mulheres continuam a ser dos grupos mais oprimidos pela sociedade, sendo que esta repressão se agrava, e dá origem a uma vitimização múltipla, quando se adicionam fatores individuais que aumentam o risco de preconceito e violência, como a raça, classe e orientação sexual, ou seja, a interseccionalidade de outras pertenças a grupos minoritários (Instituto Europeu para a Igualdade de Género [EIGE], 2026).

A invisibilidade das mulheres na luta contra o regime ditatorial, na História de Portugal, assim como a sua participação noutros movimentos revolucionários em diferentes sociedades, é um bom reflexo da desigualdade entre homens e mulheres (Tavares, 2011). Os estereótipos, papéis e representações sociais tradicionais relativamente a ambos os géneros podem variar consoante a sociedade, cultura, classe, idade e período histórico, mas tendem a assumir padrões semelhantes e a ser aprendidos pelas crianças desde muito cedo através de processos de socialização da educação formal e não formal (Nogueira, 1999). O conhecimento do verdadeiro

papel das mulheres na História e nos movimentos revolucionários, pode desempenhar um papel fundamental de desconstrução dos mesmos, que têm vetado as mulheres a um lugar secundário e subordinado nas sociedades.

Perante a persistência da falta de reconhecimento e valorização das mulheres na História do 25 de Abril, o presente estudo teve como objetivo compreender as representações sociais de jovens universitárias portuguesas sobre o papel das mulheres na Revolução de 25 de Abril de 1974. Para tal, foi realizado um estudo exploratório de natureza qualitativa, com recurso a quatro grupos de discussão focalizada (GDF), nos quais participaram 17 estudantes do ensino superior, todas do género feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos.

Representações Sociais, Estereótipos e Papéis de Género

Os livros escolares, a religião e os media continuam a perpetuar uma representação do género feminino que invisibiliza, objetifica, vilaniza ou santifica, mas que, essencialmente, trata as mulheres como um segundo sexo (Matlin & Foushée, 2023). A criação e propagação de representações sociais, estereótipos e papéis tradicionais podem contribuir para a naturalização e perpetuação de desigualdades entre homens e mulheres. Os estereótipos de género consistem em crenças generalizadas acerca das características, comportamentos e competências que a sociedade considera ser mais apropriados para mulheres e para homens (Nogueira, 1999). Estas crenças relacionam-se com os papéis de género, que correspondem às expectativas sociais relativamente aos comportamentos e funções que mulheres e homens devem desempenhar na sociedade. Assim, enquanto os estereótipos de género remetem sobretudo para aquilo que se acredita que mulheres e homens são ou devem ser, os papéis de género dizem respeito àquilo que se espera que façam ou desempenhem. Os papéis e estereótipos de género tradicionais, por sua vez, influenciam e são influenciados pelas representações sociais. As representações sociais consistem em formas de conhecimento socialmente disseminadas e elaboradas, através das quais, tanto pessoas individuais, como grupos, interpretam, classificam e atribuem significado à realidade quotidiana (Dantas & Bertoni, 2023; Teixeira et al., 2024). O conceito de representações coletivas foi inicialmente desenvolvido por Émile Durkheim (1970, citado por Dantas & Bertoni, 2023), para quem a compreensão da realidade não era apenas intrínseca à perspetiva individual, mas antes resultaria da sociedade que exerceria uma ação coerciva sobre o indivíduo, predominantemente através das crenças, mitos e religião. Posteriormente, este legado teórico seria retomado e reformulado por Serge Moscovici (2001), dando origem ao conceito de representações sociais sobretudo alimentadas pela ciência, por um lado, e pelo

senso comum, por outro. Ambos, ciência e senso comum, não são cristalizados, mas estão em constante mutação, alimentados pela inovação propagada através de diferentes meios de comunicação (Dantas & Bertoni, 2023). As representações sociais são o resultado do conhecimento pessoal do indivíduo, das suas experiências e das relações que estabelece com o mundo. São processos complexos que se caracterizam pelo viés com que diferentes fenómenos ou constructos presentes no quotidiano são entendidos e partilhados. Por esse motivo, apesar das representações sociais tenderem a ser partilhadas pelo mesmo grupo social com crenças e valores comuns, podem existir exceções (Ramírez et al., 2023; Teixeira et al., 2024). Embora se encontrem relacionados entre si, bem como com fenómenos de preconceito e discriminação, os conceitos de representações sociais, estereótipos e papéis de género não são sinónimos. As representações sociais são mais abrangentes, correspondendo a formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, através das quais indivíduos e grupos interpretam e atribuem significado à realidade quotidiana. Neste sentido, os estereótipos e os papéis de género podem constituir conteúdos através dos quais determinadas representações sociais acerca das mulheres e dos homens se expressam (Dantas & Bertoni, 2023; Teixeira et al., 2024).

Assim, as representações sociais de género são construídas pela sociedade e explicam o comportamento social de mulheres e de homens (Ramírez et al., 2023). Enquanto sociedade criamos universos simbólicos distintos que estão diretamente ligados a cada um dos géneros, atribuindo-lhes certos comportamentos e expectativas. Estas diferenças nos comportamentos e expectativas também são, ao mesmo tempo, causa e consequência de diferenças de poder que agregam discriminação e preconceito. A discriminação de género refere-se ao tratamento desigual ou desfavorável de indivíduos com base no seu género, podendo manifestar-se através da limitação do acesso a direitos, recursos ou oportunidades. Neste sentido, a discriminação de género tem como base a crença de que um dos géneros é superior ao outro em termos de direitos, prerrogativas e estatuto. A discriminação de género resulta de um conjunto complexo de causas que interagem entre si (Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência [INEE], 2019). Por sua vez, o preconceito de género corresponde a atitudes ou avaliações, frequentemente negativas, em relação a indivíduos com base no seu género. Assim, o preconceito de género consiste em ações ou pensamentos preconceituosos baseados no género dos indivíduos (EIGE, 2016). Este sistema de crenças problemático que legitima o género masculino como dominante tem sido prevalecente ao longo de gerações e em diferentes sociedades e é transmitido predominantemente através das representações sociais de género (Ramírez et al., 2023).

Desta forma, as representações sociais criam uma realidade comum a um conjunto de pessoas e orientam a forma como estas compreendem a realidade e podem influenciar as suas atitudes e os seus comportamentos (Dantas & Bertoni, 2023). É neste contexto de construção social de género que surge a relevância da Teoria do Papel Social ou Teoria de Estrutura Social (Eagly & Wood, 2012; Else-Quest & Hyde, 2018). Diferentes características são atribuídas a homens e a mulheres, nomeadamente traços de agência como a independência, força, agressividade e dominância aos homens, e traços comunais de ternura, empatia, sensibilidade e emocionalidade às mulheres (Eagly & Wood, 2012; Nogueira, 1999). Desta forma, é legitimado que os homens possam participar mais ativamente na produção económica e adquirir mais recursos e poder, em comparação com as mulheres (Eagly & Wood, 2012). Os processos de socialização reforçam e essencializam estas características e contribuem para a legitimação e a reprodução das desigualdades de oportunidades, na medida em que as características mais tipicamente masculinas tendem a ser valorizadas ou consideradas como sendo mais adequadas para diferentes posições sociais mais prestigiadas. Portanto, a associação das mulheres a traços comunais e dos homens a traços de agência, pode influenciar as expectativas dos indivíduos relativamente às suas competências e adequação para diferentes ocupações, contribuindo para a manutenção da divisão de género na escola, no trabalho e na sociedade (Eagly & Wood, 2012). De facto, podem ter implicações na perceção de adequação a posições de poder e liderança, o que assume particular relevância na participação das mulheres na vida pública e política, nomeadamente em momentos históricos e revolucionários como é o caso do 25 de Abril de 1974.

A Revolução de 25 de Abril de 1974

Para compreendermos o papel da mulher na atualidade é importante relembrar os marcos históricos que levaram a alterações sociais e políticas. Assim, a Revolução de 25 de Abril de 1974 constitui um marco fulcral na História portuguesa, ao assinalar o fim do Estado Novo[1]e o iniciar de um processo de transformação política, social e cultural que conduziu à democratização do país, moldando-o (Augusto, 2011). A queda da ditadura ocorreu num contexto marcado pela repressão política, pela limitação das liberdades individuais e coletivas e pela guerra colonial. Estes fatores contribuíram para o crescente descontentamento dos

[1] Período ditatorial em Portugal de 1926 a 1974.

portugueses, sendo que o Movimento das Forças Armadas (MFA) foi responsável pela organização e concretização da ação militar. Na madrugada de 25 de Abril, as forças militares envolvidas na operação ocuparam pontos estratégicos do país, conduzindo à queda do regime e à rendição de Marcello Caetano, Presidente do Conselho do Estado Novo (Augusto, 2011; Varela, 2011). O apoio da população contribuiu para que a ação inicialmente desencadeada pelo MFA, adquirisse uma dimensão social e política mais ampla (Augusto, 2011).

No entanto, a Revolução dos Cravos não se limitou aos acontecimentos do 25 de Abril (Gaspar, 2014; Varela, 2011). O período que se seguiu, foi marcado por profundas transformações a nível político e social, incluindo a recuperação das liberdades, a realização de eleições livres e a aprovação da Constituição de 1976 (Gaspar, 2014; Varela, 2011). Neste contexto, foram igualmente importantes as alterações nas condições jurídicas e sociais das mulheres (Cabrera, 2021). A democratização criou condições para a eliminação de diversas disposições discriminatórias herdadas do Estado Novo e para a afirmação progressiva da igualdade entre mulheres e homens (Cabrera, 2021). Contudo, estas transformações não significaram uma emancipação feminina imediata, constituindo antes um processo gradual da reivindicação e conquista de direitos igualitários (Cabrera, 2021; Gaspar, 2014). Desta forma, para compreender o impacto destas transformações na vida das mulheres, importa considerar a posição que estas ocupavam na sociedade portuguesa durante o Estado Novo.

Durante a ditadura fascista, o papel das mulheres encontrava-se fortemente marcado por uma organização social assente na diferenciação entre mulheres e homens. Durante esse período, o regime promoveu uma conceção normativa da mulher portuguesa, assente sobretudo na centralidade da família e da maternidade, de forma a utilizá-la como um meio para difundir os ideais do regime (Magalhães, 2007). Esta conceção procurava promover aquilo que Madeira (2022, p.3) designa como "nova mulher portuguesa". Era evidente uma forte ideologia à volta da feminilidade normativa, onde as mulheres tinham de se encaixar em certos requisitos, tal como obedecer às ordens que lhes eram dadas, ser submissas, obedientes, orientadas para a maternidade e para a família (Amâncio, 2021).

A participação das mulheres na resistência à ditadura assumiu diversas formas, incluindo ao nível da intervenção política, na clandestinidade, da produção literária e artística, da mobilização coletiva e da reivindicação dos direitos das mulheres. Entre as figuras que permitem ilustrar esta diversidade encontram-se Maria de Lourdes Pintasilgo e Maria Teresa Horta. A seleção destas duas mulheres permite ilustrar esta diversidade de formas de participação feminina, uma vez que os seus percursos se desenvolveram em diferentes domínios da vida pública, política e cultural. Neste sentido, não se pretende fazer biografias das suas

vidas, mas antes traçar alguns aspetos dos seus percursos de vida de relevância para as mulheres na sociedade portuguesa.

Maria de Lourdes Pintasilgo foi a primeira e única mulher a exercer o cargo de primeira-ministra em Portugal, de 1979 a 1980. Foi também a primeira mulher a candidatar-se ao cargo de Presidente da República, neste caso num período difícil devido à conjuntura política que se fazia sentir em Portugal. Protagonizou iniciativas na área dos direitos humanos das mulheres, da luta pela dignidade humana, pelo desenvolvimento sustentável e pela justiça social. Desde 1970 que dirigiu o grupo de Promoção da Igualdade das Mulheres, dando origem à Comissão da Condição Feminina. Nos anos 90, foi membro do grupo de peritos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no âmbito da mudança estrutural e do emprego das mulheres (Tavares, 2011).

A publicação de *Novas Cartas Portuguesas* (1972), da autoria de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, constitui outro exemplo da intervenção das mulheres na contestação à ordem social e política do Estado Novo. Esta obra publicada em 1972 levou a um processo judicial, onde a primeira edição da obra foi recolhida e destruída pela censura, três dias após ter sido lançada. As autoras foram sujeitas a interrogatório pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), no entanto nunca revelaram nenhuma informação. O julgamento foi suspenso após a revolução de 25 de Abril de 1974 (Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, s.d.). Para além de autora de diversas obras e poesias, Maria Teresa Horta também foi jornalista, tendo assumido uma posição firme na defesa dos direitos das mulheres e na exigência da liberdade. Maria Teresa Horta foi uma das principais impulsionadoras do Movimento de Libertação das Mulheres em Portugal, sendo este um movimento pouco favorecido pela comunicação social portuguesa (Tavares, 2011).

A participação feminina na construção da democracia portuguesa deve ser compreendida para além da presença de algumas figuras femininas de destaque, considerando também as múltiplas formas de ação desenvolvidas por mulheres antes, durante e após a Revolução. Estes percursos constituem, por conseguinte, apenas dois exemplos da participação feminina mais ampla e diversificada. Embora o 25 de Abril tenha criado condições para importantes transformações políticas, jurídicas e sociais, a emancipação das mulheres não ocorreu de forma imediata, constituindo um processo gradual, marcado por desigualdades e pela reivindicação de novos direitos antes, durante e após a revolução. Será por isso importante fazer uma breve síntese da evolução das desigualdades de género e dos movimentos feministas em Portugal.

Desigualdades de Género e Movimentos Feministas em Portugal

Para Amâncio & Correia (2019), a persistência das assimetrias de género em Portugal podem estar relacionadas com a herança ideológica do regime fascista. É esta visão ideológica que inferioriza o género feminino afastando as mulheres da esfera pública. Amâncio (2021) afirma que a ideologia de género da ditadura era muito forte e muito eficiente na promoção da desigualdade entre os géneros e nunca tendo sido ativamente combatida. O facto desta desigualdade se manter na sociedade contemporânea sugere que a mesma pode ter sido interiorizada pelos cidadãos e pelas cidadãs (Amâncio & Correia, 2019).

De acordo com Tavares (2011), existe entusiasmo em torno da invisibilidade histórica das mulheres e da necessidade de se falar das lutas, tanto individuais como coletivas, que decorreram em Portugal, um país onde decorreu uma das ditaduras mais longas do século XX. Contudo, e segundo a mesma autora, a história dos feminismos é feita de progressos que não são lineares, onde existem muitas conquistas, mas também muitas derrotas. Sabe-se que, independentemente do país e do ano, a luta pelas mulheres, das mulheres e das minorias em geral nunca seguirá uma trajetória linear porque o status quo dos grupos dominantes é defendido por mecanismos mais ou menos subtis, mas duradouros.

Na década de 20 do século passado, deu-se a primeira vaga do movimento feminista em Portugal. Nesta primeira vaga, as principais reivindicações recaíam sobre o direito à educação das mulheres, a necessidade de alteração do código jurídico de forma a formular a lei do divórcio, o direito ao trabalho e ao salário, entre outras questões (Rodrigues, 2022). A partir da década de 50, o movimento feminista passou a concentrar-se somente na luta antifascista contra o regime ditatorial (Tavares, 2011). Assim, as reivindicações de cariz feminista acabaram por se dissolver em prol de valores considerados mais elevados, onde a luta pela igualdade, liberdade individual, intelectual, cívica, política e profissional eram reivindicações secundárias, devido ao contexto político da época (Tavares, 2011).

Na década de 60, existiam várias vertentes conservadoras sobre o papel da mulher, especificamente na Europa e nos Estados Unidos. Em Portugal, a luta contra a ditadura mantinha-se, onde prevalecia sobretudo a luta de classes, existindo pouco ou nenhum espaço para as questões especificamente de género. Este foi um período marcado pelo movimento estudantil que se sobrepunha muitas vezes ao próprio movimento feminista (Tavares, 2011).

Neste período, entre 1926 e 1974, o fascismo fez-se sentir em Portugal como uma das mais longas ditaduras da Europa. A ditadura criou a propaganda de uma nova mulher portuguesa (Madeira, 2022) dando às mulheres um papel centrado na família, de forma a utilizá-la como um meio para difundir os ideais do regime (Magalhães, 2007). Existia uma forte ideologia à volta da feminilidade normativa, onde as mulheres tinham de se encaixar em certos requisitos, como a obediência, a submissão, a ternura e o papel de mãe (Amâncio, 2021). Segundo Magalhães (2007), o regime utilizava as mulheres para criar uma coesão nacional que favorecia o sistema. A Mocidade Portuguesa Feminina era uma organização que fazia parte de um programa de reforma a nível nacional de formação ideológica, demonstrando a radicalização das políticas associadas ao ensino. Esta era uma das entidades do regime fascista que controlavam, manipulavam, censuravam e reprimiam os cidadãos portugueses (Campina, 2014). A utilização da feminilidade domesticada foi de tal modo eficaz, que a oposição serviu-se desta arma para resistir contra o regime (Magalhães, 2007).

Já depois da revolução de Abril, na década de 90, os movimentos feministas ressurgem com a globalização e as novas tecnologias, através da articulação entre redes de mulheres a nível internacional. Em Portugal, a participação nestas redes era realizada maioritariamente por associações, mas ainda de uma forma limitada (Madeira, 2022). Este foi um período que permitiu uma grande mudança na luta das mulheres, onde se abriram espaços para debates sobre a igualdade, a liderança feminina, a violência de género, os direitos das mulheres lésbicas e das mulheres imigrantes, bem como sobre o tráfico e sobre a prostituição (Madeira, 2022). Assim, e mais uma vez, a causa das mulheres juntou-se generosamente a várias causas. Ainda neste período, ocorreram grandes avanços para as mulheres na sociedade, depois do pleno direito à entrada no mercado de trabalho ou ao direito ao voto, surge o direito à interrupção voluntária da gravidez, entre outros direitos pelos quais lutavam há tanto tempo. Todavia, não obstante estes avanços, as desigualdades estruturais acabaram por se manter (Tavares, 2011).

No século XXI, as desigualdades de género em Portugal persistem. A igualdade de género nas empresas, em posições de liderança, nos cargos de poder e representação está longe de ser alcançada (Cabrera, 2021). São vários os indicadores estatísticos que revelam a desigualdade entre os géneros em Portugal. Segundo Albuquerque (2024), no Observatório das Desigualdades, continuamos a observar que existem mais mulheres (34,3%) do que homens (24,9%) licenciados em Portugal. Na União Europeia e nos Estados Unidos esta tendência mantém-se (Albuquerque, 2024; Matlin & Foushée, 2023). Contudo, também se mantém a genderização das profissões onde as mulheres se dedicam a áreas mais ligadas à educação, à saúde, às humanidades, e às ciências sociais (Albuquerque, 2024), desempenhando no mercado

de trabalho as funções de educar, cuidar e ajudar que também desempenham no contexto familiar, tendencialmente com salários mais baixos e menor estatuto. Em 2023, o Observatório das Desigualdades (s.d.), referia que, em Portugal, a desigualdade salarial entre homens e mulheres era de 8,6%. Em 2026, verifica-se que estas desigualdades salariais persistem e se apresentam de forma mais acentuada, onde a remuneração base das mulheres é 11,9% inferior à dos homens. Para além disso, quando são considerados prémios, subsídios e trabalho suplementar, esta desigualdade aumenta, onde as mulheres passam a receber, em média, menos 14,5% do que os homens (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], 2026). Para além disso, é importante considerar que após o horário laboral, em Portugal, a diferença da dedicação ao trabalho doméstico entre homens e mulheres, é evidente (EIGE, s.d.). Para Amâncio & Correia (2019) esta assimetria é particularmente relevante no contexto português, tendo implicações no tempo disponível para o trabalho externo, como também para o lazer, cultura ou bem-estar.

Mais recentemente, num movimento muitas vezes descrito como de *backlash/*retaliação em relação aos movimentos feministas, têm surgido novas de formas de opressão e violência de género perpetradas online, nomeadamente o discurso de ódio altamente pejorativo. Com um crescimento significativo nos meios digitais, existem comunidades que apresentam discursos misóginos, muitas vezes agregadas a ideologias de extrema-direita (Jung & Moon, 2025), exacerbando os diversos problemas que já existiam na sociedade, principalmente desigualdades de género (Simões, 2024). A literatura define o discurso de ódio online baseado em género como sendo um conteúdo odioso e com linguagem depreciativa para com mulheres e/ou meninas baseado apenas no género ou através da combinação do género com outras pertenças identitárias menorizadas (e.g., raça, idade, incapacidade, sexualidade, etnia, religião, entre outros). Assim, estes discursos, muitas vezes populistas, são motivados por preconceitos e difundem, incitam ou promovem o ódio, a exclusão e a violência (EIGE, 2026; Guerra et al., 2025; Guerra et al., 2026).

A utilização das novas formas de comunicação, como as redes sociais, permitem a disseminação de ideias a nível global, aliando-se ao anonimato e à sensação de impunidade, contribuem para a promoção da propagação de mensagens de ódio e de radicalismos, muitas vezes camuflados de liberdades individuais (Simões, 2025). A intolerância que tem vindo a ser disseminada, reflete e reflete-se no aumento de violência contra grupos minorizados (Severo & Guerra, 2022). De acordo com relatórios recentes da União Europeia e estudos realizados em Portugal, os grupos sociais mais lesados pelo discurso de ódio online são, precisamente, as

comunidades racializadas, os migrantes, a comunidade LGBTQIA+ e as mulheres (European Union Agency for Fundamental Rights, 2025; Guerra et al., 2025; Guerra et al., 2026).
Apesar desta participação, a menor presença de figuras femininas nas narrativas sobre o 25 de Abril pode contribuir para a invisibilidade de outras formas de participação. A análise desta dimensão torna-se relevante para compreender de que modo o contributo das mulheres é atualmente conhecido, transmitido e representado pelas gerações mais jovens, remetendo para a importância das representações sociais na construção da memória coletiva sobre o 25 de Abril.

Método

Objetivo e Desenho de Investigação

O presente estudo tem como objetivo principal compreender o conhecimento e as representações sociais de estudantes universitárias sobre o papel e a participação das mulheres na revolução de 25 de Abril, como é que esse conhecimento foi adquirido e as suas perspetivas sobre a temática.

Sendo este um estudo de natureza exploratória, optou-se por uma investigação de carácter qualitativo, com recurso a grupos de discussão focalizada constituídos por estudantes do ensino superior em Portugal, seguida de uma análise de conteúdo do material recolhido.

Participantes

A amostra deste estudo foi constituída por 17 estudantes do ensino superior. Todas as participantes se identificam como sendo do género feminino e tinham, no momento da pesquisa, idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos. As participantes frequentavam diferentes cursos: três o curso de Psicologia e cinco o curso de Ciências da Educação, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, nove estudantes integravam o curso de Educação Social, na Universidade Portucalense.

Instrumento

Foram realizados quatro GDF cujo guião se encontra disponível em anexo (Anexo A). Os GDF iniciam-se com a introdução das participantes, seguido de um quebra-gelo de

introdução ao tópico, tal como Eeuwijk & Angehrn (2017) sugerem. Os GDF são realizados de forma que um grupo de pessoas reflita sobre uma certa temática ou problema, com um tempo limitado e com regras delimitadas (Dawson et al., 1993). Esta metodologia permite ganhar um maior entendimento sobre as temáticas abordadas, sobretudo sobre questões sociais (Nyumba et al., 2018). Para além disso, permite perceber as experiências pessoais, crenças, perceções e as atitudes das pessoas participantes através de uma interação moderada (Eeuwijk & Angehrn, 2017; Nyumba et al., 2018). Assim, durante os GDF, as conversas não se limitam ao guião inicial, dando liberdade às pessoas participantes de introduzir novas temáticas e explorar as questões colocadas. Estes ajustes permitem a existência de um carácter mais espontâneo e facilitam a compreensão da subjetividade das respostas (Batista et al., 2017).

Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

As participantes frequentavam todas instituições de ensino superior na cidade do Porto, tendo sido convidadas a participar no âmbito do Projeto "HERSTORY25ABRIL" financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Este projeto tem como objetivo principal recuperar e documentar as contribuições das mulheres durante o período do 25 de Abril e no pós-25 de Abril, focando-se sobretudo em mulheres invisibilizadas, que pertenceram às classes trabalhadoras, populares e outros grupos subalternizados. Este projeto pretende, por conseguinte, destacar o papel dessas mulheres na transformação a nível político e social de Portugal, de forma a amplificar e preservar as vozes e as memórias dessas mulheres, garantindo o seu reconhecimento e valorização.

Inicialmente, para o recrutamento de participantes foram realizados convites através de redes sociais, como o *Whatsapp*. Posteriormente, devido à baixa adesão, recorreu-se ao recrutamento através de uma professora intermediária de cada um dos cursos que se demonstrou disponível. Constituindo assim uma amostragem não-probabilística por conveniência e intencional.

Os GDF foram realizados presencialmente, nas respetivas faculdades das participantes, entre os meses de abril e junho de 2026. Tiveram uma duração variável, compreendida entre 22 minutos a 1 hora e 5 minutos. O conteúdo dos discursos recolhidos no âmbito dos GDF foi gravado em formato de áudio, mediante autorização prévia por parte das participantes. Neste sentido, foi recolhido o consentimento informado das participantes (Anexo B), no qual foram descritos os objetivos do estudo e foi assegurada a participação voluntária e anónima, bem como a confidencialidade dos dados recolhidos.

Numa fase inicial, os áudios dos GDF foram transcritos na sua totalidade e realizou-se uma primeira leitura flutuante de forma a garantir uma maior familiarização com a informação recolhida. A análise dos dados recolhidos foi realizada tendo por base a análise de conteúdo de Bardin (2009), nomeadamente através de uma análise categorial baseada na inferência. Posteriormente, as transcrições foram analisadas ao pormenor, onde foram identificados indicadores que permitiram a categorização da informação recolhida tendo em conta temas pertinentes para a investigação. Para a análise de conteúdo das respostas foi adotada uma abordagem indutiva, ou seja, os temas centrais das categorias surgiram como resultado do conteúdo inerente aos GDF (Bardin, 2009). A estrutura final de categorias e subcategorias resultante deste processo encontra-se apresentada no Anexo C.

Apresentação e Discussão de Resultados

A partir da análise de conteúdo dos grupos de discussão focalizada, foi possível identificar quatro categorias principais: o 25 de Abril e as mulheres, figuras femininas de referência no contexto do 25 de Abril, papéis e estereótipos de género, desigualdades de género e transmissão e reprodução.

25 de Abril e as Mulheres

As respostas das participantes permitiram identificar diferentes conhecimentos, significados e interpretações que relacionam as mulheres e a Revolução de 25 de Abril. De forma geral, estas referências parecem divergir em termos temporais, permitindo identificar três grandes dimensões: o passado, o pós-revolução e as mudanças entre o passado e o presente.

Passado

Nesta dimensão, as participantes abordaram a perceção do papel da mulher antes e durante o 25 de Abril, referindo principalmente os direitos, as liberdades e a autonomia. Assim, as participantes enfatizam a dependência das mulheres face aos homens naquela época, particularmente no contexto familiar e económico, sendo mencionada a necessidade de

aprovação por parte de uma figura masculina para determinadas decisões e tarefas, bem como para o controlo dos recursos financeiros da família:

"Antes tinham de pedir autorização ao marido. O dinheiro não o podíamos ver, o marido é que tomava conta, ou seja, era tudo os homens que tinham o poder e nós não." (P12 EES)

As participantes também salientam as restrições no acesso ao mercado de trabalho, à educação e à informação, bem como limitações ao nível da liberdade de expressão, o direito ao voto e aos direitos reprodutivos das mulheres. Esta ideia é particularmente evidente quando uma das participantes refere que: *"Para fazermos alguma coisa tínhamos de ter a aprovação deles e a nossa vida era consoante o que eles queriam ou não, que nós fizéssemos."* (P11 EES). Deste modo, o período do Estado Novo é representado pelas participantes, como sendo uma época em que as mulheres dispunham de menor autonomia e poder de decisão. Assim, a sua participação ao nível social era condicionada por normas e relações de poder assentes na diferenciação dos géneros, ou seja, entre homens e mulheres.

Estas representações são consistentes com a literatura apresentada, que evidencia a existência de desigualdades entre homens e mulheres durante o Estado Novo, traduzidas em restrições ao nível da autonomia e da participação social das mulheres, bem como na atribuição de um papel social centrado na família e na maternidade (Amâncio, 2021; Magalhães, 2007; Tavares, 2011).

Pós-revolução

Relativamente às representações das participantes após o 25 de Abril, são referidas conquistas de direitos e de liberdades que o fim da ditadura possibilitou, bem como a emancipação feminina que surgiu deste progresso. Estas representações são consistentes com o que foi encontrado na literatura, que caracteriza o período pós-revolucionário como sendo marcado por profundas transformações políticas e sociais, nomeadamente pela recuperação das liberdades (Augusto, 2011; Varela, 2011). As participantes mencionam a ideia de que, apesar da Revolução de 25 de Abril ter gerado algumas mudanças no que toca aos direitos dos cidadãos portugueses em geral, não terá produzido, de forma imediata, mudanças significativas no papel das mulheres na sociedade:

"O 25 de Abril não curou toda a opressão. Curou a opressão contra a liberdade de expressão, contra o proletariado, mas não contra as mulheres." (P1 EPSI)

Ainda assim, as participantes partilham da ideia de que esta abertura no domínio dos direitos e das liberdades possibilitou a emancipação feminina e o desenvolvimento da luta das mulheres pelos seus direitos, no futuro:

"Nós conseguimos perceber que a própria emancipação da mulher não se deu logo nesse momento. Acho que foi algo muito construído (...)." (P2 EPSI)

A ideia de que a emancipação feminina foi construída de uma forma gradual encontra-se presente na literatura, evidenciando que as transformações decorrentes do 25 de Abril não produziram uma alteração imediata nos direitos, liberdades e no papel das mulheres na sociedade (Cabrera, 2021; Gaspar, 2014).

Relação Passado-Presente

As participantes relacionam várias vezes a situação das mulheres durante o 25 de Abril com a realidade atual, trazendo diversas vezes o discurso para próximo das suas próprias experiências, bem como para o que reconhecem e identificam da sociedade portuguesa atual. Referem que as desigualdades de género existentes entre homens e mulheres não esmoreceram e que, ainda hoje, as mulheres lutam para combater estas diferenças que se manifestam no papel da mulher na família e na sociedade a vários níveis. Adicionalmente, referem outras minorias, incluindo não só as mulheres, como também outros grupos mais estigmatizados da sociedade. Para além disso, refletem que, embora alguns direitos tenham sido alterados a nível legal, essas mudanças não se traduzem necessariamente numa alteração a nível social:

"Mudaram se calhar a questão de nós termos mais direitos no papel, (...) falo pela minha realidade, o papel que eu vejo as minhas tias a exercerem e até a minha própria mãe, não é diferente do papel que a minha avó exerceu. Então, não sei até que ponto é que realmente houve uma mudança social em termos destes direitos das mulheres e da forma como elas são vistas na família." (P5 ECE)

Esta reflexão estende-se também ao futuro do papel das mulheres na sociedade e na família, sendo mencionado que: *"considero que a liberdade das mulheres sempre vai incomodar..."* (P3 EPSI). A afirmação evidencia a perceção de que, apesar das transformações ocorridas desde o 25 de Abril, a conquista das liberdades e de direitos pelas mulheres continua a gerar alguma resistência na sociedade. Desta forma, as participantes reconhecem simultaneamente as mudanças decorrentes do processo de emancipação feminina e a permanência de desigualdades e resistência na realidade atual, decorrente da permanência de papéis e estereótipos de género que radicam em representações sociais tradicionais e que teimam em gerar processos de preconceito e discriminação em relação às mulheres (Madeira, 2022).

Esta coexistência entre mudanças nos direitos das mulheres e a permanência de desigualdades sociais é também identificada na literatura, que evidencia que as transformações jurídicas que decorreram do processo de democratização não significaram o desaparecimento imediato das desigualdades entre mulheres e homens (Amâncio & Correia, 2019; Cabrera, 2021; Gaspar, 2014).

Figuras Femininas de Referência no Contexto do 25 de Abril

As respostas recolhidas acerca das figuras femininas associadas ao 25 de Abril refletem um conhecimento diverso. As participantes mencionaram vários nomes de mulheres publicamente conhecidas, com diversas ocupações incluindo escritoras, jornalistas, agentes da polícia política, militantes, entre outras. Assim, foram mencionadas: as três Marias, Beatriz Ângelo, Natália Correia, Sofia de Melo Breyner, Catarina Eufémia e Celeste Caeiro. Foram também mencionados alguns nomes menos conhecidos como o de Vera Lagoa e Madalena Oliveira, mais conhecida como "PIDE Leninha".

Assim, é possível observar que as participantes demonstram conhecimento sobre figuras femininas amplamente reconhecidas como Celeste Caeiro *("Também me lembrei da Dona Celeste quando vi a imagem dos cravos (...)"* P5 ECE), mas também identificam mulheres menos conhecidas como Madalena Oliveira *("Mesmo pela negativa, estava-me a lembrar da Leninha da PIDE (...)"* P4 ECE).

Papéis e Estereótipos de Género

As representações das participantes relativamente ao papel da mulher e aos estereótipos de género centram-se sobretudo no papel da mulher enquanto cuidadora do lar e da família, bem como nas diferenças a nível profissional. Assim, relativamente ao papel da mulher enquanto dona de casa e cuidadora da família, as participantes referem que:

"(...) a figura feminina ainda é associada a dever estar mais reservada, mais dentro de casa, (...) com a ideia de que devem ser mais maternais, que devem ter filhos, que devem contribuir para a família." (P3 EPSI).

Estas representações são apresentadas por várias participantes, tanto com falas atribuídas ao presente, mas também atribuídas ao passado, como por exemplo: *"Ficávamos a tomar conta da família, dos filhos."* (P10 EES). Desta forma, é possível perceber que, nas representações das participantes, alguns dos papéis tradicionalmente associados às mulheres permanecem ao longo do tempo, tornando-se também atuais. Durante a ditadura, estas características associadas à mulher foram enfatizadas, centrando-se na família e na maternidade. Estas características eram utilizadas na construção de uma conceção normativa da mulher portuguesa tradicional, que ficou enraizada na sociedade portuguesa até aos dias de hoje (Amâncio & Correia, 2019; Madeira, 2022).

No que toca às representações e estereótipos em relação ao mercado de trabalho, é expresso pelas participantes que não só as mulheres se encontram em posição de desvantagem no que toca a cargos de liderança: *"As mulheres estão menos associadas a posições de liderança (...)."* (P3 EPSI), como a profissão escolhida por cada um dos sexos vai ao encontro dos estereótipos existentes na sociedade:

"(...) as mulheres estão ligadas ao cuidar, à psicologia, à educação social, aos professores, enquanto os homens é às tecnologias, engenharias, etc." (P10 EES)

Estas representações podem ser compreendidas à luz da Teoria do Papel Social de Eagly & Wood (2012), segundo a qual a divisão diferenciada dos papéis sociais contribui para a associação de características comunais às mulheres, relacionadas com o cuidado com os outros, e de características de agência aos homens. Esta perspetiva também permite interpretar a associação do género masculino a posições de liderança, na medida em que estas posições tendem a estar relacionadas com características como a independência e a assertividade (Eagly & Wood, 2012).

Desigualdades de Género

As participantes evidenciam desigualdades de género em diferentes domínios da vida social, remetendo especialmente ao mercado de trabalho e à família.

"Começa a haver aqui, novamente, uma desvalorização do papel da mulher, não que esta não tivesse deixado de haver porque sempre houve desvalorização, mas parece que aumenta cada vez mais" (P2 EPSI)

Relativamente ao mercado de trabalho, as participantes referem que ainda existem muitas discrepâncias, não só em termos salariais. Estas também reconhecem que as mulheres são mais descredibilizadas e desvalorizadas nos seus locais de trabalho.

"(...) sinto, e sei que ainda há desigualdades de género preponderantes, principalmente no mercado de trabalho." (P3 EPSI)

Esta perceção é identificada no passado, através de histórias relativas às experiências de familiares das participantes durante o 25 de Abril, e no presente. Dados estatísticos evidenciam que, apesar da redução das desigualdades salariais entre mulheres e homens ao longo do tempo, estas diferenças permanecem na sociedade portuguesa (Albuquerque, 2024; CIG, 2026; Observatório das Desigualdades, s.d.).

No que toca às desigualdades evidenciadas no seio familiar, as participantes partilham momentos em que estas discrepâncias estão presentes nas relações familiares. Os exemplos apresentados estão sobretudo relacionados com a distribuição das tarefas domésticas e com a perceção de que os homens são, em determinadas situações, desresponsabilizados da sua realização, por estas serem tradicionalmente associadas ao género feminino. Segundo dados do EIGE (s.d.), em Portugal, e conforme o previamente referido, a diferença dos géneros na dedicação a tarefas domésticas é evidente. Esta representação também pode ser compreendida à luz dos papéis de género, tradicionalmente atribuídos às mulheres, particularmente no que diz respeito às responsabilidades de cuidado e às tarefas domésticas (Eagly & Wood, 2012).

Transmissão e Reprodução

A forma de aquisição de conhecimento sobre o 25 de Abril e os papéis das mulheres na sociedade surge espontaneamente como uma dimensão da experiência subjetiva das participantes. Estas formas de propagação de conhecimento parecem dividir-se entre histórias transmitidas intergeracionalmente, a educação, os meios de comunicação social e a cultura. Especificamente, no que diz respeito ao papel das mulheres, também é mencionada a reprodução de sexismo e de discursos de ódio.

Histórias Intergeracionais

Durante os GDF, de forma espontânea, as participantes acabaram por partilhar histórias de experiências de familiares, sobre o 25 de Abril ou relacionadas com este período histórico. As participantes partilharam que tentavam aprofundar a temática do 25 de Abril com histórias da família, procurando saber mais sobre este momento com quem o viveu.

Muitas destas histórias foram contadas por avós, tias ou pais e mães, que partilham momentos relacionados com o dia da revolução e outros momentos de experiências de vida de quem viveu durante uma ditadura. Uma participante partilhou que, para ela, ouvir histórias a serem contadas na primeira pessoa era extremamente importante e sentia que, apesar de atualmente ainda termos o privilégio de existirem estas pessoas, infelizmente no futuro as próximas gerações já não terão esta possibilidade.

Geralmente, as histórias mencionadas abordam o dia da revolução e da distribuição dos cravos, algumas expressões como era viver em ditadura, falando de como era o sistema de educação da época e da falta de liberdade de expressão:

"(...) Depois da revolução do 25 de Abril, todos os irmãos que vieram depois disso já tiveram a possibilidade de conseguir estudar durante mais tempo. (...) Quanto a antes do 25 de Abril e à ditadura em específico, aquilo que tanto os dois lados foram dizendo, era esta impossibilidade de se expressarem, esta impossibilidade de pensar sequer. Estar sempre preocupados (...). Esta impossibilidade de conseguirem ser eles próprios e dizer aquilo que eles pensam, aquilo que eles acreditam. Acho que é aquilo que lhes marcou mais, o facto de estarem constantemente com essa preocupação." (P5 ECE)

Esta partilha de experiências evidencia o papel da partilha de histórias na construção de conhecimento acerca do 25 de Abril, permitindo que as participantes se conectem com as experiências vividas durante a ditadura. A transmissão de memórias acaba por auxiliar a compreensão das gerações mais novas sobre as transformações ocorridas após a Revolução. O testemunho em primeira pessoa assume, neste sentido, uma relevância para a transmissão das memórias deste período histórico entre gerações.

Educação

Quando questionadas diretamente, as participantes mencionavam que obtiveram conhecimento sobre a Revolução de 25 de Abril na escola, nomeadamente no 1º ciclo do ensino básico como sendo o primeiro contacto com esta temática: *"(...) acho que a primeira referência é logo na escola primária."* (P2 EPSI).

Ao longo dos GDF, as participantes voltaram a introduzir esta temática de forma espontânea. Muitas das intervenções passaram por reforçar que se falava muito brevemente deste período e que deveria ser um tema mais desenvolvido, de forma a dar mais informações acerca do modo de vida durante o período ditatorial e de forma a criar momentos de reflexão crítica sobre o mesmo:

"(...) eu acho que a educação tem um papel fundamental, mas acho que nós também devemos incentivar as crianças e os adolescentes a terem pensamento crítico, a questionarem as coisas, a buscarem mais informações, a não se contentarem só com o currículo." (P7 ECE)

Para além disso, é referido que: *"(...) nos livros faziam sempre referência aos homens, nunca a mulheres"* (P10 EES). Assim, as participantes refletem sobre a falta de visibilidade que é dada às figuras históricas femininas, bem como a falta de menção ao papel desempenhado pelas mulheres nos períodos históricos. Neste sentido, defendem que os professores e as professoras podem e devem assumir um papel relevante na abordagem destas temáticas, procurando complementar as informações que estão presentes nos manuais escolares e estimular uma reflexão crítica sobre os conteúdos abordados.

Meios de Comunicação Social e Cultura

Os meios de comunicação social e a cultura acabaram por ser mencionados associados à transmissão de conhecimento sobre o 25 de Abril ou sobre figuras que estiveram envolvidas nesta Revolução. Assim, acabaram por ser referidas peças de teatro, livros, séries televisivas, filmes, páginas de redes sociais e até canais televisivos que, de alguma forma, informaram as participantes acerca do 25 de Abril, figuras femininas que estiveram envolvidas e o papel das mesmas:

"(...) a cultura agora em Portugal está a apostar nisso e há cada vez mais séries e mais filmes sobre o 25 de Abril, que já não é só a cara do Salgueiro Maia." (P1 EPSI)

Desta forma, estes meios de comunicação social e estas formas de arte acabam por informar e incentivar os/as jovens a saber mais sobre o 25 de Abril e sobre a participação que as figuras femininas tiveram nesta Revolução. Algumas participantes mencionam que conheceram esta diversidade de referências femininas ligadas ao 25 de Abril, como Vera Lagoa, Catarina Eufémia e Natália Correia através do contacto com diferentes meios de disseminação, como séries televisivas e peças de teatro:

"Com isso lembrei-me daquela peça de teatro "Catarina e a beleza de matar fascistas", que já agora aproveito para dizer, Catarina Eufémia, mais uma mulher da revolução." (P1 EPSI)

Ainda assim, as participantes salientam que este conhecimento resultou, em alguns casos, da procura voluntária e ativa de informação, através da visualização ou leitura destas obras, questionando, assim, a disponibilidade deste tipo de conteúdos para outros/as jovens.

Sexismo e Discurso de Ódio

Os resultados evidenciam a perceção de que o sexismo e a misoginia continuam presentes na sociedade contemporânea portuguesa, sendo representados pelas participantes como discursos banalizados, tal como é referido por uma das participantes:

"Neste momento ninguém esconde o que acha em relação às mulheres, ninguém esconde o ódio, ninguém esconde a opressão (...). É algo que as pessoas falam como se fosse uma coisa banal, odiar mulheres, dizer que mulheres devem estar é na cozinha, para uma coisa muito, muito natural." (P2 EPSI).

Esta representação vai ao encontro da literatura, que evidencia a presença e a disseminação de discursos com teor misógino nas redes sociais, podendo estes contribuir para a exacerbação de desigualdades e problemas já existentes na sociedade (Jung & Moon, 2025; Simões, 2024).

Estas temáticas surgiram recorrentemente de forma espontânea nos GDF. As participantes abordavam a forma como as mulheres eram percecionadas nas redes sociais, principalmente por influenciadores digitais do género masculino. Assim, as redes sociais assumem particular relevância nestas representações, sendo percecionadas como espaços facilitadores da disseminação de discursos particularmente sexistas e de informação falsa. A literatura destaca o papel dos meios de comunicação online na propagação de mensagens de ódio, favorecendo a sua repercussão devido à comunicação a nível global, ao anonimato e pela sensação de impunidade associada a estes espaços online (Simões, 2025). As participantes mencionam que junto das gerações mais jovens, a exposição a estes conteúdos pode favorecer a sua reprodução. Esta representação encontra correspondência na literatura, que evidencia que a exposição a este tipo de conteúdos poderá reforçar preconceitos e formas de intolerância dirigidas a minorias (European Union Agengy for Fundamental Rights, 2025; Guerra et al., 2025; Guerra et al., 2026; Severo & Guerra, 2022). Desta forma, as redes sociais são percecionadas como espaços sem regulação que permitem a circulação destes discursos e destes ideais, contribuindo também para a sua amplificação.

As participantes refletem sobre os limites da liberdade de expressão e sobre a responsabilidade que os influenciadores têm na divulgação de determinados conteúdos. Uma das participantes chega a afirmar: *"Sim, tens liberdade de expressão, mas também tens o dever de respeitar, também tens o dever de olhar para os direitos humanos."* (P2 EPSI). Esta afirmação evidência esta relação entre a liberdade de expressão e a responsabilidade individual face aos direitos humanos. Esta questão aproxima-se da literatura, que aborda a mobilização das liberdades individuais, em torno da disseminação de mensagens de ódio nos meios digitais (Simões, 2025).

Considerações Finais

Estudar as representações de jovens universitárias sobre as mulheres e o 25 de Abril permitiu refletir sobre a forma como um acontecimento histórico é conhecido, recordado e significado pelas gerações que não o vivenciaram. Mais do que recuperar conhecimento acerca de acontecimentos ou de figuras históricas que marcaram este período, este estudo procurou compreender de que forma a participação das mulheres é integrada nessa memória e que significados é que lhe são atribuídos pelas novas gerações. Neste sentido, compreender estas representações permite não apenas olhar para a forma como o passado é recordado, mas também para a forma como esse passado continua a ser mobilizado para interpretar experiências e questões do presente.

Os resultados permitem olhar para o 25 de Abril como um acontecimento cuja importância vai muito para além do momento da Revolução. Passado mais do que meio século, para as participantes, a Revolução dos Cravos surge associada à conquista de liberdades, direitos e às transformações que ocorreram posteriormente na sociedade portuguesa contemporânea. Simultaneamente, é evidenciada a perceção de que a emancipação das mulheres foi gradual e de que algumas desigualdades permanecem na sociedade portuguesa, demonstrando que as mudanças políticas e jurídicas não resultaram numa transformação imediata dos estereótipos e representações de género. O passado e o presente surgem, assim, interligados, onde as conquistas alcançadas após o 25 de Abril, coexistem com desigualdades e representações que continuam a marcar as experiências das mulheres. Todas as participantes estabeleceram esta ponte, trazendo para a atualidade e relacionando com as suas experiências de vida individuais atuais, que tornam tão ou mais presentes as questões sociais que foram uma bandeira na Revolução. Deste modo, o 25 de Abril não surge apenas como um acontecimento encerrado no passado, mas como um marco histórico cujo significado continua a ser construído à luz das experiências e preocupações das gerações atuais.

Esta relação temporal entre o passado e o presente torna particularmente relevante a forma como a memória do 25 de Abril é representada e transmitida. Apesar de existir conhecimento acerca de alguns nomes de mulheres que desempenharam um papel importante na revolução, as participantes sublinham a falta de visibilidade das mulheres neste e noutros momentos históricos críticos. Apesar da reconhecida importância da cultura e da arte para resgatar as histórias que não fazem parte da História e dos manuais, ainda é gritante a falta de visibilidade feminina. Ela não se limita à ausência de determinados nomes das narrativas históricas, mas também à forma como se constrói a compreensão coletiva sobre quem participou na transformação. Questionar essa invisibilidade implica, por isso, pensar para além do momento da Revolução, para além das figuras e acontecimentos tradicionalmente mais

reconhecidos, valorizando também as diferentes formas através das quais as mulheres acabaram por participar na resistência, na transformação social e na construção da democracia.

A transmissão e reprodução dessas memórias assume uma dimensão igualmente importante. As histórias de familiares, a escola, os meios de comunicação social e a cultura constituem diferentes espaços através dos quais os jovens constroem conhecimento sobre a Revolução de 25 de Abril. Ainda assim, as participantes reconhecem que estes espaços não são neutros naquilo que tornam visível ou invisível e, consequentemente, podem contribuir para a reprodução ou para a transformação das representações existentes. Neste sentido, é relevante pensar sobre quem partilha e conta a história, o que é contado e quais as vozes que permanecem ausentes, constituindo também uma forma de refletir sobre a memória coletiva. A transmissão da memória histórica não corresponde, assim, a um processo meramente passivo de reprodução de acontecimentos, uma vez que envolve processos de seleção, interpretação e atribuição de significados. A forma como o papel das mulheres é representado nestes diferentes contextos pode contribuir para perpetuar determinadas representações, podendo elas ser positivas ou negativas, ou para ampliar o conhecimento sobre a diversidade dos seus contributos históricos.

Para finalizar, a relação que é estabelecida pelas participantes entre as conquistas do passado e as desigualdades que reconhecem no presente, evidencia que a discussão sobre o papel das mulheres no 25 de Abril não se resume à recuperação histórica desse período. A memória da Revolução revela-se relacionada com questões atuais de liberdade, igualdade e participação, permitindo compreender as conquistas alcançadas não apenas como um ponto de chegada, mas também com todos os avanços e recuos que recomendam vigilância, resistência e resiliência num processo social de combate à discriminação e desigualdades de género que tem de continuar a ser construído. Assim, recordar e problematizar o papel das mulheres no 25 de Abril constitui também uma forma de refletir sobre as condições sociais que permitiram determinadas conquistas para as mulheres, bem como sobre os desafios que ainda permanecem na atualidade. Mais do que garantir a presença das mulheres nas narrativas históricas, importa refletir sobre a forma como a sua representação é apresentada e valorizada. Torna-se relevante questionar de que forma é que estas narrativas são construídas, quem as transmite, que contributos são valorizados e que vozes permanecem menos visíveis. Desta forma, o estudo reforça a importância de continuar a olhar para a memória do 25 de Abril como um espaço de reflexão sobre o passado, mas também sobre a sociedade que se construiu a partir dele e sobre a sociedade que continua a ser construída no presente.

Limitações e Implicações para Estudos Futuros

Apesar da relevância dos resultados, o presente estudo apresenta algumas limitações que importa considerar. Assim, a reduzida dimensão da amostra, composta por um número reduzido de dezassete participantes, limita a possibilidade de se generalizar os resultados obtidos. Para além disso, a amostra recolhida é bastante homogénea, sendo composta por jovens mulheres estudantes do ensino superior na cidade do Porto, existindo assim uma grande possibilidade de possuírem experiências mais semelhantes.

O carácter exclusivamente qualitativo da investigação, não permite nem pretende a generalização estatística dos resultados. Ainda assim, uma amostra maior e mais diversificada em termos de género, idade, escolaridade e experiências pessoais, poderia permitir um maior aprofundamento e variedade de perceções em relação às mulheres e ao 25 de Abril.

Outra limitação prende-se com o processo de recrutamento. Num dos GDF, as participantes foram recrutadas através de uma professora intermediária, o que poderá ter influenciado o processo de seleção, na medida em que esta poderá ter encaminhado estudantes com particular interesse ou envolvimento nas temáticas do papel das mulheres e do 25 de Abril. Para além disso, dois dos GDF foram realizados em contexto de sala de aula; apesar de ter sido garantida a voluntariedade e autodeterminação da participação e a atividade ter sido relevante para o plano de estudos das Unidades Curriculares que tinham ligação com a temática, tal poderá ter condicionado o envolvimento e os conhecimentos das participantes. Desta forma, é importante que em estudos futuros se conte com a participação de pessoas que não tiveram contacto direto com este tipo de temáticas em contexto de ensino superior.

Neste sentido, investigações futuras poderão realizar estudos comparativos que permitam explorar diferenças nas representações sociais acerca do papel das mulheres no 25 de Abril e outros momentos históricos marcantes, em função de características dos participantes, como o género, idade, habilitações literárias ou experiências de vida. Poderá igualmente ser relevante considerar outras características que possam influenciar a forma como este período histórico e a participação das mulheres são representados.

Com este estudo, pretendeu-se dar um primeiro contributo para a compreensão das representações das jovens acerca do papel da mulher na sociedade antes, durante e após o 25 de Abril de 1974. O estudo procurou contribuir para a valorização da voz e ações das mulheres e para a reflexão sobre as desigualdades e os estereótipos de género ainda presentes na

sociedade portuguesa. Um maior investimento científico nesta área poderá contribuir para aprofundar o conhecimento acerca das representações dos/das jovens e da sociedade em geral sobre estas questões, trazendo pistas para intervenções, sobretudo através da educação formal e não formal, que sejam eficazes na prevenção e combate a antigas e novas formas de discriminação de género.

Referências Bibliográficas

Albuquerque, A. (2024, 1 de janeiro). *Alunos inscritos no ensino superior*. Observatório das Desigualdades. https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2024/01/01/alunos-inscritos-no-ensino-superior/

Amâncio, L. (2021, 1 de março). Tivemos uma ditadura com uma ideologia de género fortíssima que nunca foi posta em causa. *Público*. https://www.publico.pt/2021/03/01/sociedade/noticia/ditadura-ideologia-genero-fortissima-posta-causa-1952496

Amâncio, L., & Correia, R. B. (2019). Em busca da igualdade: Perceção de justiça e divisão do trabalho doméstico — mudanças e continuidades. *Sociologia, Problemas e Práticas, 90*, 77–94. https://doi.org/10.7458/SPP20199015529

American Psychiatric Association. (2023). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR* (5.ª ed., texto rev.). Artmed.

Augusto, C. de F. (2011). *A Revolução Portuguesa*. Editora UNESP.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Barreno, M. I., Horta, M. T., & Costa, M. V. da. (1972). *Novas Cartas Portuguesas*. Estúdios Cor.

Batista, E. C., de Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, 11*(3), 23–38. https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910

Cabrera, A. (2021). Feminismo, poder e representações mediáticas ao longo dos 40 anos da democracia portuguesa. *Revista Internacional de Historia de la Comunicación, 16*, 179–203. https://doi.org/10.12795/RiCH.2021.i16.09

Campina, A. (2014). O paradigma do discurso e dos discursos dos Direitos Humanos em Portugal: Do Salazarismo à atualidade. *Debater a Europa, 11*, 27–47. https://doi.org/10.14195/1647-6336_11_3

Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril. (s.d.). *Novas Cartas Portuguesas*. https://50anos25abril.pt/historia/novas-cartas-portuguesas/

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2026, 18 de setembro). *Dia Internacional da igualdade salarial*. https://www.cig.gov.pt/2026/09/dia-internacional-da-igualdade-salarial/

Dantas, C. A. S., & Bertoni, L. M. (2023). Representações sociais e memória: Dinâmicas na modernidade. *Arquivos do CMD, 11*(1), 255–274. https://doi.org/10.26512/cmd.v11i1.54332

Dawson, S., Manderson, L., & Tallo, V. L. (1993). *A manual for the use of focus groups*. International Nutrition Foundation for Developing Countries. https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/8cf3591c-954b-4ab8-b26b-3e4107dbebbd/content

Eagly, A. H., & Wood, W. (2012). Social role theory. In P. A. M. van Lange, A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of theories of social psychology* (Vol. 2, pp. 458–476). SAGE Publications. https://doi.org/10.4135/9781446249222.n49

Eeuwijk, P. van, & Angehrn, Z. (2017). *How to… conduct a focus group discussion (FGD): Methodological manual*. https://doi.org/10.5167/uzh-150640

Else-Quest, N. M., & Hyde, J. S. (2018). *The psychology of women and gender: Half the human experience* +. SAGE.

European Institute for Gender Equality. (s.d.). *What is gender-based violence?* https://eige.europa.eu/gender-based-violence/what-is-gender-based-violence

European Institute for Gender Equality. (2016). *Preconceito de género*. https://eige.europa.eu/publicationsresources/thesaurus/terms/1320?language_content_entity=pt

European Institute for Gender Equality. (2026). *CARE Survey – Second wave: Online panel survey on gender gaps in unpaid care, individual and social activities – Technical report*. Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2839/1086786

European Union Agency for Fundamental Rights. (2025). *Fundamental rights report 2025*. Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2811/8851969

Gaspar, M. (Ed.). (2014). *Dossier 25 de Abril*. Jornal PÚBLICO.

Ferreira, V. (2004). Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal. *Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Sociologia.*

Guerra, R., António, R., & Carvalho, P. (2026). *Discurso de ódio: Manual de apoio e glossário*. COOPERHATE. https://cooperhate.eu/wp-content/uploads/2026/06/Manual-de-Apoio-Glossario_PT.pdf

Guerra, R., Carvalho, P., Marques, C., Carmona, M., Sarroeira, R., Batista, F., Ribeiro, R., Fonseca, A., Moro, S., & Silva, C. (2025). Unpacking online hate speech in Portuguese social media: A social-psychological and linguistic-discursive approach. *Humanities and*

Social Sciences Communications, 12, Article 1709. https://doi.org/10.1057/s41599-025-05392-9

Hooks, B. (2022). *Teoria feminista: Da margem ao centro* (H. Silveira, Trad.). Orfeu Negro. (Obra original publicada em 1984)

INEE (2019). *INEE Guidance Note on Gender*. https://inee.org/pt/glossario-EeE/discriminacao-de-genero

Jung, G., & Moon, M. (2025). "Feminism is like a light to me": The collective process of feminist awakening among young female college students in South Korea. *Asian Journal of Social Science, 53*(1), Article 100177. https://doi.org/10.1016/j.ajss.2024.10.002

Madeira, R. C. (2022). *(Des)igualdade de género e feminismo em Portugal, o país que viveu a mais longa ditadura da Europa Ocidental*. https://hdl.handle.net/10216/146221

Magalhães, M. J. (2007). *Movimentos feministas em Portugal, 1970–2007* [Comunicação em seminário]. Seminário As Faces de Eva: Perspetivas sobre a Mulher Portuguesa (1908–2007), Casa das Artes, Vila Nova de Famalicão.

Matlin, M. W., & Foushée, R. D. (2023). *The psychology of women and gender* (8th ed.). Cengage Learning.

Moscovici, S. (2001). *Social representations: Essays in social psychology*. New York University Press.

Nogueira, C. (1999). Psicologia e construção social do género. *Coeducação: Do princípio ao desenvolvimento de uma prática: Actas do seminário internacional* (pp. 168—188). Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64465/2/87809.pdf

Nyumba, T. O., Wilson, K., Derrick, C. J., & Mukherjee, N. (2018). The use of focus group discussion methodology: Insights from two decades of application in conservation. *Methods in Ecology and Evolution, 9*(1), 20–32. https://doi.org/10.1111/2041-210X.12860

Observatório das Desigualdades. (s.d.). *Gender pay gap*. https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2017/03/08/gender-pay-gap/

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2020). *Linhas de orientação para a prática profissional no âmbito da intervenção psicológica com pessoas LGBTQ*. https://www.ordemdospsicologos.pt/

Ramírez, L., Palacios-Espinosa, X., Ferroni, P., & Beltrán, C. A. (2023). Social representations of gender: A contextual construction in schools. *Revista Colombiana de Psicología, 32*(2), 65–84. https://doi.org/10.15446/rcp.v32n2.102351

Rodrigues, B. (2022, 1 de janeiro). Um olhar sobre a primeira vaga do movimento feminista português. *Público*. https://www.publico.pt/2022/01/01/p3/cronica/olhar-primeira-vaga-movimento-feminista-portugues-1989982

Schneider, M.C. and Bos, A.L. (2019), The Application of Social Role Theory to the Study of Gender in Politics. Political Psychology, 40: 173-213. https://doi.org/10.1111/pops.12573

Severo, D. O., & Guerra, P. (2022). Extrema-direita, xeno-populismo e colonialidade: Discursos de ódio e colonização do imaginário no presente. *Todas as Artes, 5*(1). https://doi.org/10.21747/21843805/tav5n1a3

Simões, R. B. (2024). *Género, violência e ódio online: Conceitos e representações*. Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-2334-4

Simões, R. B. (2025). Liberdade de expressão, discurso de ódio online e género: Desafios para o jornalismo. In *Pensar o jornalismo [com Mário Mesquita] nos 30 anos de ensino de jornalismo na Universidade de Coimbra* (pp. 93–111).

Tavares, M. (2011). *Feminismos: Percursos e desafios (1947–2007)*. Texto Editores.

Teixeira, A. A., Silva, A. C. D., Antunes, M. C., & Polli, G. M. (2024). Representações sociais sobre ser mulher na sociedade contemporânea. *Psicologia: Ciência e Profissão, 44*, 1–17. https://doi.org/10.1590/1982-3703003264821

Unger, R. K. (1979). Toward a redefinition of sex and gender. *American Psychologist, 34*(11), 1085–1094. https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.11.1085

Varela, R. (2011). *História do PCP na Revolução dos Cravos*. Âncora Editora.

Anexos

Anexo A- Guião dos Grupos de Discussão Focalizada

Quebra-gelo: Cravos

Questões

Pré-discussão: Apresentação dos facilitadores. Esclarecer que, por ser um tópico que tem vários pontos de vista é necessário serem seguidas algumas regras básicas. Primeiramente, assegurar a confidencialidade ("tudo o que for dito nesta sala, está protegido pelo anonimato e pela confidencialidade"). Todos se devem remeter a si e aos seus próprios sentimentos, não falando pelos colegas. A presença nesta sessão é facultativa, desta forma, todos/as têm a oportunidade de sair quando quiserem. Não é apropriado rir das experiências dos outros ou fazer comentários pejorativos. Toda a gente tem as suas próprias ideias, crenças e valores, pelo que é importante que todos estejam abertos a novas informações que, podem ou não, ser contrárias ao que o próprio acredita. (Magalhães, et al.,2018). Relatório português sobre a implementação do Projeto Bystanders.)

1ª parte

- Como é que tiveram conhecimento sobre a Revolução de 25 de Abril?
- Que regime é que existia antes do 25 de Abril e como é que as pessoas viviam?
- O que é que sabem sobre como decorreu a Revolução?
- Conseguem explicar de forma cronológica o que aconteceu na Revolução dos Cravos?
- Se tivessem de sintetizar, em 3 palavras, o que aconteceu em Portugal em 1974, quais escolheriam?

2ª parte

- Quais foram os principais tipos de resistências que integraram a revolução?
- Que figuras, conhecidas por vocês, é que estiveram diretamente relacionadas ao 25 de Abril?

- E qual era a importância dessas pessoas? Que papel é que elas tinham na sociedade?

- De que forma é que o 25 de Abril proporcionou um papel mais ativo para as mulheres?
- Que mulheres é que conhecem que integraram o 25 de Abril?

3ª parte

- Sabendo que, muita gente está alheia ao facto de terem existido várias mulheres na revolução, qual é a vossa opinião quanto a esta invisibilidade?
- Como é que vocês se sentem em relação a isso?
- Conhecem algum projeto que tentasse colmatar esta falha?

Anexo B- Modelo de Consentimento Informado

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO HERSTORY

O projeto Herstory é um projeto financiado pela FCT no seguimento da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e tem como objetivo principal resgatar e documentar as contribuições das mulheres invisibilizadas durante esse o período histórico da democracia portuguesa (1972-1979). Os grupos de discussão focalizada do projeto Herstory têm como objetivo compreender a perspetiva de jovens acerca da luta das mulheres pela democracia nos últimos anos da ditadura em Portugal.

A participação neste estudo é voluntária e confidencial. Os seus dados serão sempre tratados pela equipa de investigadores/as da FPCEUP vinculada ao dever de sigilo e confidencialidade. Os dados recolhidos no formato áudio serão sempre anonimizados e serão conservados por 5 (cinco) anos após o qual serão destruídos, garantindo-se sempre o seu anonimato na análise e divulgação dos resultados do estudo, os quais serão apenas divulgados para efeitos de investigação. Não existem riscos expectáveis associados à participação no estudo.

Declaramos ter compreendido os objetivos do que nos foi proposto e explicado pelas entrevistadoras e ter-nos sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceitamos participar no estudo e consentimos que os nossos dados sejam utilizados de acordo com as informações que nos foram disponibilizadas.

Entrevistados/as

Nomes:

_____

_____

_____

_____

Assinatura(s):

_____

_____

_____

_____

Entrevistadoras

Nome:

Assinatura

Local_____ Data_____

Anexo C- Tabela de Sistema de Categorias e Subcategorias

Categoria de 1º nível	*Categoria de 2º nível*	*Descrição operacional*	*Exemplo*
1. 25 de Abril e as Mulheres		Esta categoria codifica a informação referente ao conhecimento, significado e interpretações das participantes relacionando as mulheres e o 25 de Abril.	
	1.1 Passado	Esta categoria codifica a informação relativa às representações das participantes sobre a situação das mulheres e as relações de género anterior ao 25 de Abril.	"(...) acho que não havia liberdade de expressão, era tudo muito repressivo..." (P13 EES)
	1.2 Pós-revolução	Esta categoria codifica a informação referente às representações das participantes sobre as mudanças ocorridas na situação das mulheres e nas relações de género após o 25 de Abril.	"(...) pós 25 de Abril (...) foi-se conquistando muito mais direitos para as mulheres." (P7 ECE)
	1.3 Relação passado e presente	Esta categoria codifica a informação em que as participantes estabelecem relações entre a situação das mulheres antes e/ou após o 25 de Abril e a realidade contemporânea.	"(...) depois do 25 de Abril, esta mudança nos direitos das mulheres ainda está a acontecer (...) não é algo garantido, espero que um dia seja, (...) às vezes nem estou a falar em termos de leis ou de

			legislação...” (P5 ECE)
2. Figuras Femininas de Referência no Contexto do 25 de Abril		Esta categoria codifica as referências a mulheres que, de alguma forma, estiveram envolvidas na Revolução de 25 de Abril, tanto no lado da resistência, como na repressão.	“(...) a Natália Correia, a Vera Lagoa (...).” (P1 EPSI)
3. Papéis e estereótipos de género		Esta categoria codifica a informação referente às expectativas, características, comportamentos, competências, estereótipos, aos papéis sociais e funções sociais em função do género.	“(...) as mulheres estão muito ligadas ao cuidar, à psicologia, à educação social, aos professores, enquanto os homens é as tecnologias, engenharias, etc.” (P10 EES)
4. Desigualdades de género		Esta categoria codifica conteúdos relativos a diferenças ou desigualdades percecionadas entre mulheres e homens no acesso a direitos, oportunidades, reconhecimento, poder, remuneração e participação nos diferentes contextos sociais.	“(...) elas contavam que recebiam metade do que os homens recebiam, às vezes era ainda menos de metade (...). Ainda acho que isso ainda existe em muitos lados, em muitos sítios, ainda existe esta diferença.” (P4 ECE)
5. Transmissão e Reprodução		Esta categoria codifica a informação referente aos	

		meios e contextos através dos quais são transmitidos conhecimentos e representações acerca das mulheres, das relações de género e do 25 de Abril.	
	5.1 histórias intergeracionais	Esta categoria codifica a informação referente à transmissão de conhecimento e memórias sobre as mulheres e a revolução de 25 de Abril através de histórias e relatos partilhados entre diferentes gerações.	"Na altura o meu avô é que lhe contou que isso podia vir a existir e que iam passar músicas e a minha avó juntou-se. (...) a minha avó foi para a rua porque... apesar do meu avô ter o pensamento daquela época, ele era taxista, mas sempre deixou a minha avó ser como ela queria (...)." (P10 EES)
	5.2 Educação	Esta categoria codifica a informação referente ao papel da educação na transmissão, construção ou transformação de conhecimentos e representações sobre as mulheres, o género e o 25 de Abril	"(...) eu acho que faz parte do papel da escola e principalmente da História, (...) trazer para o currículo estas mulheres que são tão importantes, que marcaram o nosso país. (...) faz parte do papel da escola trazer

			isto, porque é onde muitas pessoas têm acesso à História (...).” (P8 ECE)
	5.3 Meios de comunicação social e cultura	Esta categoria codifica a informação referente ao papel dos meios de comunicação social e das diferentes formas de expressão artística na transmissão, reprodução ou transformação de representações sobre as mulheres, o género e o 25 de Abril.	“(...) se não fossem as séries da RTP, eu não sabia nada sobre estas mulheres, ou pronto, obviamente textos de páginas das redes sociais que agora também tentam divulgar isso.” (P1 EPSI)
	5.4 Sexismo e discurso de ódio	Esta categoria codifica a informação referente à presença e disseminação de discursos de ódio nas redes sociais, nomeadamente discursos misóginos ou discriminatórios, e à sua influência na construção ou reprodução de representações sobre as mulheres.	“Neste momento ninguém esconde o que acha em relação às mulheres, ninguém esconde o ódio, ninguém esconde a opressão, (...). É algo que as pessoas falam como se fosse uma coisa banal, odiar mulheres, dizer que as mulheres devem estar é na cozinha parece uma coisa muito, muito natural.” (P2 EPSI)

FACULDADE DE **PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**